

**CGTP**  
INTERSINDICAL NACIONAL

Director: Fernando Gomes Série II | nº 4 | Julho 2013  
ISSN: 1647-7359

# Cultura





Este número surge num momento particularmente difícil: o luto pelo falecimento do nosso camarada, amigo e colaborador regular em tantas das iniciativas promovidas pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN. As marcas da sua colaboração são bem visíveis em livros como *Marchas, Danças e Canções*, de Fernando Lopes-Graça, uma das obras mais recentes da CGTP-IN com maior reconhecimento público, no concurso de fotografia *O trabalho e os trabalhadores*, no concurso de conto e poesia (2007) e nos primeiros números deste *CGTP Cultura*. Mesmo quando não directamente, o Galiza estava sempre disponível para emitir uma opinião sobre esta ou aquela iniciativa, este ou aquele projecto. A sua vasta cultura imprimia, inevitavelmente, um cunho de qualidade e profundidade ao trabalho que efectuava. Despedimo-nos dele, neste número, em jeito de sentida homenagem, mas também de reconhecimento do seu refinado sentido de humor, com o texto da página 19. Neste contexto de teimosa e demolidora austeridade, lançamos um olhar ao sector das colectividades de cultura, recreio e desporto, procurando perceber, com o contributo de Augusto Flor, Presidente da Confederação

Portuguesa das Colectividades de Cultura, Desporto e Recreio, de que modo é afectado e quais os principais desafios que enfrenta. Vivemos «[...] tempos perigosos de perda de laços identitários. A austeridade não está só a criar um país de pobres, está a enfraquecer os seus laços e a comprometer o seu futuro.» É neste contexto de tentacular austeridade que continuamos, para reflectir, neste texto das páginas 12-13, sobre o modo como esta tem afectado o mundo da cultura, em sentido lato. A habitual crónica literária de Domingos Lobo leva-nos a visitar Alves Redol, nomeadamente o modo como o Douro e suas gentes são tratados na obra desta figura incontornável da literatura, da cultura portuguesa. Num tempo em que a palavra austeridade parece andar de mãos dadas com a expressão “retrocesso civilizacional”, pensámos que seria oportuno evocar o que, nas palavras do Domingos, é um «[...] testemunho pungente de um mundo ainda com traços feudais, de um país cercado pelos jogos de poder, pela usura, pela luta tenaz dos homens face à agreste natureza e pela posse da terra.»

**Fernando Gomes**  
Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional  
Responsável pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres e  
Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN

FICHA TÉCNICA

Título: **CGTP Cultura**  
Série II, n.º 4, Julho 2013

Director: **Fernando Gomes**  
Edição: **CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempo Livres**  
Revisão: **Filipe Caldeira**  
Periodicidade: **Semestral**  
Tiragem: **6000**  
Layout e paginação: **Formiga Amarela – Oficina Textos e Ideias**  
Impressão e acabamentos: **Fotolitaria – Produção Gráfica e Publicidade, Lda**  
Capa: **Com base em fotografia por Formiga Amarela, da manifestação na Greve Geral, Lisboa, 27 de Junho de 2013**  
Distribuição gratuita

Depósito Legal n.º: **339188/12**  
ISSN: **1647-7340** (versão impressa);  
**1647-7359** (versão electrónica)

Contactos:  
© **CGTP-IN**  
Rua Victor Cordon, n.º 1, 2.º  
1249-102 Lisboa  
Tel.: **213 236 500**  
Fax: **213 236 695**  
cgtpt@cgtpt.pt  
O boletim pode ser consultado, também, em <http://cad.cgtpt.pt>.

Apoio de:



Índice

Contributo para a preservação, organização e valorização da memória sindical ibero-americana	3
O Douro na escrita de Alves Redol	4
CGTP-IN: 43 anos a construir a Igualdade entre Mulheres e Homens	8
Comemoração da 100ª edição do jornal do STAL	10
Vencer o Medo, de Manuel Carvalho da Silva	11
Austeridade e cultura, a impossibilidade de coexistência	12
Entrevista a Augusto Flor	14
Carta aberta aos condóminos	18
Para acabar de vez com a dita	19
Os primatas e a justa distribuição da riqueza	19
Cartão CGTP: Protocolos	20
Encontro de Formação em ICA-AtoM	24

Arquivo

A conservação da memória sindical é uma obrigação de todos os ativistas sindicais. A nível internacional, têm sido dados passos muito importantes nesse sentido. Em Portugal, a CGTP-IN não foge à regra.

Contributo para a preservação, organização e valorização da memória sindical ibero-americana

O Centro de Arquivo e Documentação (CAD) da CGTP-IN finalizará em Setembro, o projecto intitulado *Contributo para a Preservação, Organização e Valorização da Memória Sindical Ibero-Americana*, resultante de uma candidatura apresentada pela CGTP-IN no âmbito da XIV Convocatória do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (Programa ADAI)<sup>1</sup>. Este projecto, que tem uma duração de oito meses, tem como objectivos essenciais preservar e descrever a documentação textual e fotográfica que documenta o processo de emigração portuguesa, a solidariedade sindical internacional no espaço ibero-americano e a actividade internacional da CGTP-IN, nomeadamente, aquela que testemunha as relações desta Central Sindical com as suas congéneres ibero-americanas, em particular, e com o mundo do trabalho ibero-americano, em geral, no período compreendido entre as décadas de 1970 e de 1990. O projecto contemplou duas áreas de intervenção: a descrição, conservação e digitalização de 300 negativos fotográficos, por um lado, e a descrição e reacondicionamento de 116 caixas e 12 pastas de documentação textual, por outro.

A descrição desta documentação foi efectuada com recurso às normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH e às *Orientações para a Descrição Arquivística*, elaboradas pela Direcção-Geral de Arquivos, através aplicação de código-fonte aberto ICA-AtoM, e encontra-se disponível para consulta no sítio Web do CAD (<http://cad.cgtpt.pt>), acompanhada, no caso da descrição dos negativos, das respectivas imagens digitalizadas. A maior parte do trabalho foi realizado pelo CAD, tendo as tarefas de conservação, digitalização e preparação para congelamento dos

negativos fotográficos sido executadas por uma entidade especializada. Pretende-se que este trabalho de preservação e descrição contribua, ao tornar esta documentação acessível para consulta, para o desenvolvimento do estudo das relações sindicais e laborais ibero-americanas.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/CS89-28



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/F96-29

Concerto pela América Central. Coliseu dos Recreios, Lisboa, 21 de Janeiro de 1984.

<sup>1</sup> Esta linha de apoio foi constituída em 1998, na Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, no Porto, com a finalidade de promover a conservação do património arquivístico Ibero-americano, a sua preservação e difusão. O fundo ADAI é constituído pelas contribuições dos países membros. Cfr. <http://www.mcu.es/archivos/MC/ADAI/index.html>.



Alves Redol é uma figura incontornável da cultura nacional. As suas palavras são testemunhos pungentes de um Portugal ainda com traços feudais e de homens em luta pela sobrevivência, em cenários naturais agrestes.

## O Douro na escrita de Alves Redol

### Porto Manso e o Ciclo Port-Wine

### O fim do romantismo e os primórdios da industrialização

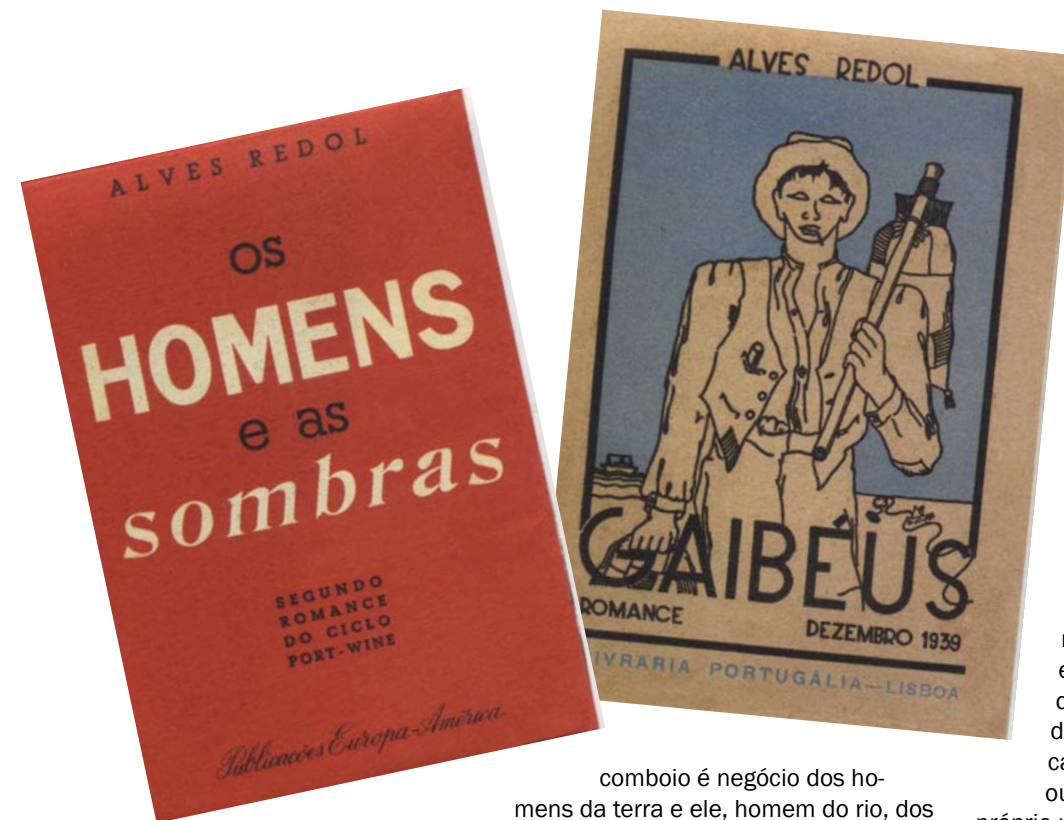
Deixando o seu Ribatejo natal, uma e outra margem do Tejo, que lhe proporcionam matéria ficcional para os seus primeiros romances, Redol parte para terras do Douro, a partir de 1945, para aí, nas escarpas que bordejam o rio, nos contar outras tantas histórias de luta, traição e exploração do homem pelo homem. Em *Porto Manso* e no tríptico *Port-Wine* (*Horizonte Cerrado*, *Os Homens e as Sombras* e *Vindima de Sangue*), Redol transfigura a paisagem romântica herdada de Júlio Diniz para de novo nos dar testemunho pungente de um mundo ainda

com traços feudais, de um país cercado pelos jogos de poder, pela usura, pela luta tenaz dos homens face à agreste natureza e pela posse da terra. Posse que simboliza poder, e, quanto maior for esse espaço, mesmo em socacos de xisto que as chuvas e a filoxera vão amiúde destruindo, maior o poder e a sujeição de quantos não conseguem escapar do redil de explorados.

É também sobre os sinais de um mundo em lenta e irreversível transformação; um universo fechado nas suas tradições, nas suas rotinas, nos seus rituais que começa a desmoronar-se face ao aparecimento do comboio, essa *máquina infernal* que transporta, com o fumo poluente das máquinas a vapor, os operários, a industrialização, o mundo novo — e um outro modo mais violento e rapace, de exploração.

O comboio substituirá os rabelos do orgulhoso arrais António do Monte e transformará as relações sociais e políticas, a paisagem e os homens.

Se em *Gaibéus* encontramos a expressa rivalidade, que os impede de contestação colectiva, entre o *gaibéu* e o *rabezano*, em *Porto Manso* essa diferença de estatuto estabelece-se entre o homem do campo e o homem do rio. O dono de um rabelo sente-se superior ao homem do campo, dado que mais viajado, mais letrado também. O homem do rio faz frequentes viagens ao Porto, é capaz de manter ao serão animadas conversas sobre as suas aventuras vividas nas travessias do



rio. O homem do campo vive debruçado sobre a terra e dela escassos conhecimentos colhe. Os arrais possuíam estatuto, orgulho, tradição; os do campo apenas a sujeição a que a terra obriga. Antoninho do Monte é orgulhoso da sua condição, o arrais sente-se uma espécie de aristocrata enquanto o homem da terra não passa de um plebeu sem história. É esse código de valores, esse desmesurado orgulho, o *vício do rio*, que conduzirá António do Monte à tragédia. *Porto Manso* fala-nos do fim de uma “comunidade fechada”, da inexorável decadência das estruturas feudais que esse fechamento e o apego quase irracional às tradições — que era uma forma de resistência dessa comunidade —, mantiveram incólumes até aos anos 1930. O comboio é o elemento que demolirá esse edifício milenar, que precipitará a desagregação. Com ele, os homens partirão para o sul, para o Porto ou para longes terras em busca de melhor vida e melhor trabalho; através dele também as mulheres partirão para a indignidade de servir em casa alheia fugindo à desdita de perecerem sozinhas em terra desapossada de homens. Mas, Antoninho do Monte, do alto da sua teimosia suicida, permanecerá agarrado ao seu rabelo, o último que lhe resta dessa frota “que levava fama a todos os cais do Douro”. O arrais sabe que não poderá competir com o “cavalo do diabo”. O

comboio é negócio dos homens da terra e ele, homem do rio, dos assuntos da terra nada sabe. E vai perdendo as leiras herdadas para manter o seu orgulho intacto, essa aristocrática presunção. Alves Redol, exímio perscrutador da natureza dos homens e dos seus esconsos mais sombrios, vai mais longe na análise das condicionantes que precipitaram a falência dos arrais; é a desenfreada competição entre eles que os levará mais depressa à ruína anunciada: «andávamos cegos com este vício do rio. Fomos baixando os fretes até chegarmos a isto (...). Eu baixava e tu ias-me na cola. Andávamo-nos a matar um ao outro, quando somos amigos.» E bastou o comboio, esse perverso símbolo do progresso, um progresso que veio abalar a quietude de um tempo, de um espaço no qual os homens viviam na ignorância de outros mundos, como se o tempo fosse imutável, para que essa sociedade patriarcal, esse reduto dos *paraísos feudais*, se desagregasse. Eis Redol de novo percorrendo os caminhos da análise social e política que a sua bagagem ideológica lhe permite, com acerto e lucidez, decodificar. Ao comboio, e à desolada paisagem de um rio onde os rabelos, já sem a exuberância romântica de outrora, vão aos poucos definhando, voltará Redol no romance *Os Homens e As Sombras*: «A linha férrea começava a seguir a margem direita do rio, onde se viam rabelos

na descida, arrastados nos pontões, como se fossem naufragar, ou puxados à sirga, pelas margens fraguentas, no calvário da ascensão.»

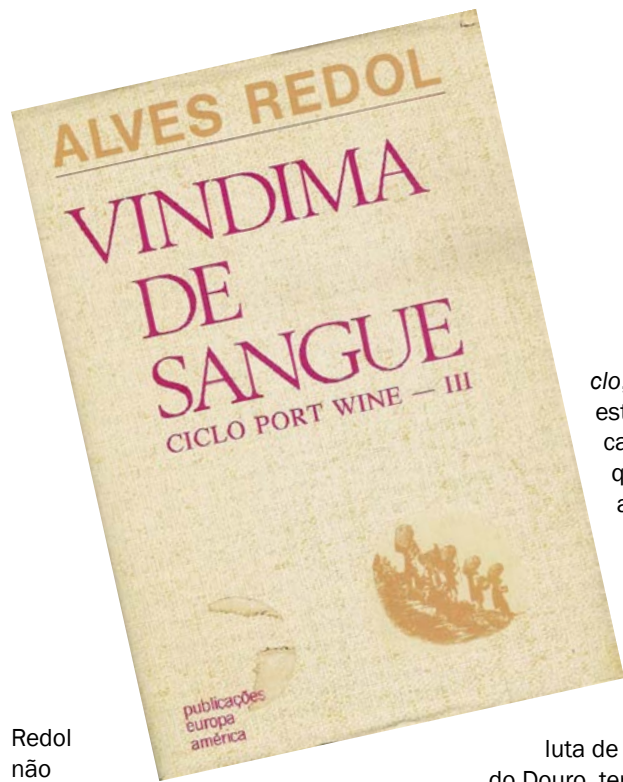
Mas é, igualmente, sobre as lutas dos pequenos produtores, os conflitos geracionais, o mito da terra, que o olhar de Redol se demorará uma vez mais arguto e demolidor; sobre esses clãs, grandes e miúdos, que têm na terra, nas escarpas do Douro, o seu território, o seu campo de combate desigual. Mas

outras forças, exteriores ao seu próprio universo, se organizam para os derrotar. Não apenas a decadência da aristocracia face ao poder da burguesia em rápida ascensão (como Redol não deixará de aprofundar em *Os Reinegros* e, de forma linear, em *Barranco de Cegos*) mas o poder da grande finança, o capitalismo rapace e sem rosto, a usura que levará à morte e à ruína, à *Vindima de Sangue* os pequenos produtores do Douro. A ganância que destruirá o rabelo de mestre António do Monte e o seu pequeno mundo, e levará à morte de Gracinda em *Vindima de Sangue*.

Neste ciclo sobre o Douro, que Alves Redol inicia com o romance *Porto Manso* e prolonga nos 3 títulos seguintes, o autor analisa, em soberbo enquadramento histórico-social, as vítimas de um processo, de um mundo em rápida transformação: a velha aristocracia fundiária, os pequenos produtores, uns e outros incapazes de travar a ascensão de homens sem escrúpulos (definido pela personagem Silva Costa) que apenas vêem no lucro e na cupidez, no poder do dinheiro, a sua razão de ser. Regressando a um tema recorrente na obra do autor de *Gaibéus*, a ausência de consciência de classe, tanto dos pequenos produtores como dos jornalheiros, e desse grupo último na escala social constituído pelos ranchos que vêm de Trás-os-Montes e das Beiras para as vindimas, que os transformará em presas fáceis dos grandes senhores das terras, Alves Redol traça e configura as complexidades de um tempo e de um sistema profundamente injusto e desumano e deixa desse panorama a sua indignada voz.







Redol não deixa de nestes títulos do *Ciclo Port-Wine*, nomeadamente em *Vindima de Sangue*, outras questões, como o mecanismo de exploração dos pequenos agricultores, a luta entre Norte e Sul, dado que o vinho produzido no Sul é mais barato do que o Porto que o chão do Douro, agreste e xistoso, produz (e, quem no estrangeiro o consome nunca saberá, desde que no rótulo venha aposto o nome da região que torna singular esse néctar famoso), e os tortuosos caminhos da República burguesa; a ascensão, que a República permite, de uma burguesia mercantilista, e dos camilianos brasileiros torna viagem transformados em agiotas, o desmoronar de uma aristocracia em rápido processo de perda de influência económica e política. Em causa, no *Ci-*

clo, como elemento de conflito, estão os diversos interesses capitalistas em jogo, aqueles que se estabelecem entre a “Produção por um lado e a Acumulação, a Especulação, e a Exploração por outro” como Alexandre Pinheiro Torres não deixou de referir no estudo que dedicou aos 3 romances do *Ciclo Port-Wine*. É da

luta de classes, vivida nos socacos do Douro, território no qual as contradições e as práticas do capitalismo melhor se exerciam, que este tríptico notável de Alves Redol essencialmente trata. Mas, tal como acontece em *Gaibéus*, *Avieiros* e *Fanga*, a dialéctica redoliana não deixa de se expressar, sobretudo quando analisa as contradições entre os explorados. Vejamos este diálogo entre Álvaro e Francisco, em *Vindima de Sangue*:

«... Os teus amigos são estes... No outro dia, quando lembraste que nos juntássemos para arranjar a féria do camarada que se aleijou, julguei que começavas a entender... Que fazias antes de vires para aqui?

— Tinha uns bocaditos na aldeia...

— Pois é!... Os que têm alguma coisa de seu não podem compreender.

— Mas agora não tenho... E nunca mais terei porque não volto!...»

De novo Redol no território de *Gaibéus*, expressando o que separa o *gaibéu*, trabalhador que tem parcas courelas na sua Beira natal, ao *rabezano* que possui

apenas a força dos braços para alugar. “O Douro Tem Fome”, lê-se num cartaz erguido, na revolta que terminará em tragédia: «*Horas depois, como se o sangue vertido pelos durienses tivesse espirrado até Lisboa, viera o telegrama decisivo a anunciar que os direitos do Douro seriam reconhecidos pelo governo na ratificação do tratado com a Inglaterra*» (*Vindima de Sangue*).

Nunca, em qualquer momento da história dos povos, os trabalhadores e os pequenos proprietários conseguiram do capital, ou dos governos que lhes dão guarida, qualquer cedência, por mínima que fosse, sem luta e sem confronto. Só o sangue dos povos, como Redol não deixa de inscrever de forma impressiva nesta magnífica trilogia, marcará indelével as conquistas dos homens. Ninguém espere dos poderes e seus mandantes que cedam um palmo sequer dos seus privilégios sem a luta continuada dos trabalhadores e dos povos.

O Douro serve a Redol para traçar o retrato realista de um tempo de mudança, de um *tempo novo* opondo-se ao *tempo velho*, arrastando nessa análise o fim do romantismo, da mitificação desse soberbo território, o lado outro do seu diáfano manto, e dando-nos das gentes do Alto Douro e Beiras o retrato invertido do pícaro genial que delas traçou a pena de mestre Aquilino Ribeiro. É a matéria da vida sobre a qual mergulha que faz a qualidade do olhar, a destreza assertiva da análise, o inquieto e desolado olhar de Redol sobre esse universo. O espaço afectivo, aquele que a escrita de Redol melhor expressa e conhece, a paisagem pela qual o seu olhar se espraia com inquestionável e sensitiva paixão — não raro violenta face à realidade social que percepçiona — é sem dúvida o das terras da *Borda d’água*, as terras da Estremadura e Ribatejo. Mas, igualmente, e com o mesmo percurso de perscrutador de *paisagens humanas* singulares, no seu realismo etnográfico, outras paisagens habitam nos seus romances não menos impressivas e profusamente reveladas na sua autenticidade e verosimilhança. Os romances do *Ciclo Port-Wine* e *Porto Manso* são paradigmas dessa busca pela verdade das gentes e das paisagens que os povoam. É o homem face ao seu tempo, ao meio, à sua condição e às condicionantes sócio-políticas que o seu arguto olhar desvenda e que se inscreve na escrita modelar, interventiva e crítica do autor

de *Fanga*.

Dando como assumida a prática redoliana da verosimilhança, esse processo com o corpo inteiro percorrendo o fundo da realidade sobre a qual os seus romances se estruturam — prática que em muitos casos aproximam o escritor do etnólogo — nos 4 romances que têm o Douro, enquanto território delimitado pelo rio que lhe dá identidade — e não apenas os 3 títulos do *Ciclo Port-Wine* —, Alves Redol reinventa no tecido ficcional um olhar reflexivo, de indignação e combate, sobre a realidade, olhar que nenhum outro autor antes dele soube interpretar utilizando, como Redol o faz, os mecanismos críticos do marxismo (dado que convoca, com dialéctica destreza, com o expressivo lúcido do verbo, o leitor para esse olhar outro), como destrói as esquivas e equívocas ressonâncias que o romantismo impôs sobre esse território. A transfiguração que Redol nos dá desse espaço privilegiado, devolve-nos a agudeza incómoda de uma realidade que nenhuma interpretação lírica, por mais rendida ao assombro majestático da paisagem, consegue escamotear. Nem o pícaro mordente de Aquilino, a inquietação nostálgica de Torga, nem o fulgido romanesco de Agustina resistem ao avassalador descritivo e crítico de Redol. O Douro do autor de *Porto Manso* é em si todo um imaginário, uma desconstrução do mítico que o envolve, um vasto território de análise social e política, a um tempo uma identidade cultural e afectiva, um modo de ser, uma forma de estar ao lado dos desfavorecidos. Redol torna esse universo tão próximo das nossas perplexidades hodiernas que ainda hoje, volvidas seis décadas sobre a sua escrita, ainda nos dói tão acutilante e impressivo testemunho. Ele dá-nos a reciprocidade de um olhar, a um tempo dúctil e lúcido; devolve-nos a verdade da transfiguração ficcional criando no leitor, no receptor, uma consciência, diria, um sentido moral, aguçando a análise prospectiva e crítica do leitor. A disciplina próxima deste acto, deste método de análise e de exposição é a antropologia e as vastas teorias humanistas.

Estamos, com Redol, perante uma gramática da condição humana, na assunção plena de uma exigência da verdade narrativa que exclui toda a ganga da encenação. O seu exigente olhar reflecte as dores do homem perante a agressão dos elementos, e dos homens que agem sobre eles, e é a singularidade desse olhar, dessa forma de comunicar a abjecção social, que nos devolve o espaço da sua humanidade elementar, sem artifícios conjuntivos — difícil de tragar, portanto. É a sua poderosa crença na transformação do homem, na transfiguração do real avassalador, que conduz Redol à denúncia da usura, desse modo injusto e cruel de estar com o outro. Ele dá-nos a ver, em toda a extensão da sua obra, esse mundo de pequenos e grandes títeres, dos traulhas, dos deserdados, dos injustiçados e dos traidores, fazendo-o com uma escrita poderosa, ra-



sante, agreste e solar mas sempre sem cedências, sem contemplações.

A escrita de Redol participa, servindo-me aqui de uma feliz locução de Manuel Gusmão, da *configuração do humano*. O projecto literário do autor de *Barranco de Cegos* funda-se nessa contingência estrutural: as componentes filosóficas, a ideologização que estrutura a narrativa não é mais que a lógica conflitual que implica nesses pressupostos. Temos assim uma literatura comprometida com o real, uma literatura como meio de transformação do homem, como advoga-va Werner Krauss.

Esse posicionamento de responsabilidade face ao processo literário e à literatura vamos encontrá-lo logo em *Gaibéus*, no *ceifeiro-rebelde*, no qual o pensamento do então jovem escritor se projectava, mas, igualmente, em Olinda, de *Avieiros*, ou Gracinda, de *Vindima de Sangue*. O *ceifeiro-rebelde* simboliza, no seu esquematismo individual, a idealização da consciência colectiva que só nas obras posteriores o autor desenvolverá com mais clareza. O *ceifeiro-rebelde*, demiurgo do sonho colectivo, tinha o saber empírico de que “Falava pelos homens que ainda não se haviam encontrado”. Para nos encontrarmos, face às lutas deste nosso tempo, precisamos destas vozes, desse grito que ia para o futuro, dos autores do nosso neo-realismo, e deste exemplo cívico, cultural e humano que a obra de Alves Redol lúcida e plenamente inscreve na imanência do corpo textual da literatura portuguesa contemporânea.

As linhas fundadoras de toda a configuração discursiva redoliana vamos encontrá-las na figura do ceifeiro-rebelde, e essa estrutura modelar será desenvolvida com rigor, coragem e premunicação histórica e visionária, que acompanha os grandes autores, ao longo da sua vasta obra. Como afirma um dos personagens de *Gaibéus*: «Os patrões querem pessoas que não tenham domingos e se alimentem de jornas baixas.» Setenta e quatro anos depois ainda esta verdade permanece imutável e a essência do capitalismo não mudou. Por aqui se infere a extrema actualidade da obra de Alves Redol.

Domingos Lobo

**O Douro serve a Redol para traçar o retrato realista de um tempo de mudança, de um tempo novo opondo-se ao tempo velho, arrastando nessa análise o fim do romantismo, da mitificação desse soberbo território, o lado outro do seu diáfano manto, e dando-nos das gentes do Alto Douro e Beiras o retrato invertido do pícaro genial que delas traçou a pena de mestre Aquilino Ribeiro.**



Está em curso a construção do livro  
*CGTP-IN: 43 anos a construir a igualdade  
entre mulheres e homens (1970-2013)*

## CGTP-IN: 43 anos a construir a Igualdade entre Mulheres e Homens (1970-2013)

No momento em que a presente edição do *CGTP Cultura* vem a público, três datas históricas são evocadas como marcos inesquecíveis da nossa memória colectiva: 8 de Março – Dia Internacional da Mulher; 25 de Abril – Dia da Liberdade; 1.º de Maio – Dia do Trabalhador. Para a CGTP-IN, assinalar estas datas significa evocar símbolos de combate, no passado e no presente, na luta dos trabalhadores, homens e mulheres, contra a exploração capitalista e em defesa do direito ao trabalho digno, da melhoria das suas condições de vida e da democracia com direitos laborais, económicos e sociais.

Em contexto de homenagem às gerações heróicas que nos abriram o caminho da liberdade, comemoramos a presente situação social e laboral com a luta e a determinação permanentes da acção sindical, através de diversas iniciativas em curso e outras que se vão desenvolvendo no sentido da preservação da memória histórica da luta da CGTP-IN, ao longo dos tempos. Entre essas iniciativas, lembramos que está em curso a construção do livro *CGTP-IN: 43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens (1970-2013)*<sup>1</sup>, no qual referimos acontecimentos sobre as condições laborais dos trabalhadores, principalmente das mulheres operárias, nos alvares do capitalismo no nosso país, a luta pelos seus direitos em diversos contextos históricos e o eclodir da Revolução libertadora de 25 de Abril de 1974. Em similitude com os acontecimentos históricos do passado e a título de ilustração, aqui reproduzimos

algumas passagens do livro.

Em pleno desenvolvimento capitalista por todo o mundo ocidental, as operárias têxteis de Nova Iorque, em 1857, faziam greve e reivindicavam melhores condições de trabalho, aumento de salários e redução do horário laboral. Do desenrolar dos acontecimentos trágicos, após a deflagração de um incêndio nas instalações da fábrica, resultou a perda de vida de algumas trabalhadoras. Em justa homenagem à sua coragem, comemora-se este dia, por todo o mundo, com diversas iniciativas que marcam o simbolismo heróico e a luta concreta em prol da justiça, da paz e do desenvolvimento social e humano.

Em Portugal, desde os primórdios do desenvolvimento capitalista que as mulheres trabalhadoras ingressam no mercado de trabalho. Em meados do século XIX, muitas mulheres deixavam a labuta agrícola ou servilismo doméstico, onde trabalhavam a troco de baixíssimos salários, por vezes só a troco da alimentação e dormida, e acorriam aos centros urbanos para trabalharem numa fábrica, com a ilusão de que lá teriam um salário, uma profissão e uma vida com dignidade e independência. Mas a realidade era bem diferente, como bem

testemunha este breve excerto:

*As condições de trabalho das operárias eram, naquele tempo, muito penosas, principalmente para as operárias industriais, quer em relação aos locais onde laboravam, quer em relação às normas disciplinares praticadas nas fábricas. [...] a indústria têxtil ocupava um lugar preponderante na aquisição de mão-de-obra feminina e sujeitava (as mulheres e os menores) a intensa exploração, com horários de mais de 12 horas por dia e sem condições de salubridade nos locais de trabalho.*

Nas fábricas dos tabacos, as operárias laboravam, segundo testemunhos da época, em [...] *oficinas escuras, acanhadas, quentes, onde o pó e o cheiro forte do tabaco, associado de muita gente suja, tornava o ambiente nauseabundo.*

Sobre o trabalho nas fábricas dos tabacos, diz-se:

[...] quanto à disciplina no trabalho, imperava a opressão do silêncio obrigatório, os vexames dos castigos corporais, a humilhação quotidiana da «visita», que consistia na «apalpação» dos operários e das operárias à entrada e saída da fábrica, mas realizada de forma indecorosa às operárias, a fim de facilitar a «desocultação», não se especificando bem qual a natureza do objecto a «desocultar».

[...] A par destas medidas desumanas, existia, ainda, o abuso das multas aplicadas frequentemente às mulheres, muitas vezes pelo simples facto de estarem a conversar ou pelo erro da contagem dos cigarros, ou, ainda, pelo excesso ou falta de um cigarro num maço de tabaco. Tal infracção era punida com multa de dez réis, sendo frequente a fêria de 2000



réis de uma operária cigareira ficar reduzida a 500 réis, devido ao desconto pelo patronato do valor das multas aplicadas.

Apesar das dificuldades organizativas do movimento sindical operário, em Portugal, naquela época, a exploração patronal encontrou sempre, nos trabalhadores, homens e mulheres, uma forte combatividade pelos seus direitos laborais e sociais.

Em razão da justa luta pela redução do horário de trabalho para 8 horas diárias, uma greve geral nos Estados Unidos da América mobilizou milhões de trabalhadores, em 1886. Milhares de operários das fábricas de Chicago manifestavam-se nas ruas quando uma violenta carga policial sobre eles se abateu, provocando mais de uma dezena de mortos e dezenas de feridos. Em homenagem ao heroísmo das vítimas e à luta sindical dos trabalhadores de Chicago, o 1.º de Maio tornou-se um símbolo da luta dos trabalhadores de todo o mundo, também celebrado em Portugal, em diversas épocas e contextos históricos, mesmo nas condições de opressão e repressão fascista em que se mergulhou o país durante 48 anos.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a comemoração do 1.º de Maio em liberdade são dois momentos indissociáveis, como é referido, a certo passo, no livro: A Revolução criou as condições necessárias à edificação de uma sociedade radicalmente diferente da que vigorou no país durante 48 anos. Derrubou o fascismo, extinguiu a polícia política

(PIDE/DGS), aboliu a censura, libertou os presos políticos, materializou a liberdade de associação, de reunião, de manifestação, a liberdade de imprensa, a liberdade sindical. Tomaram-se as primeiras medidas de carácter económico para melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras. As mulheres tomaram nas suas mãos a construção das suas vidas em liberdade e em igualdade. Para a Intersindical, [...] o dia histórico irradiava na sua curta existência, tão desejado quanto a intensidade da luta sindical tinha contribuído para o seu acontecer. Desde a primeira hora do levantamento militar vitorioso que a Intersindical assumiu a grandiosa tarefa de organizar as grandes manifestações de massas e o 1.º de Maio em liberdade, como afirmação inequívoca do seu papel insubstituível na organização e unidade sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras, na defesa da revolução, nas transformações económicas e sociais e na construção da sociedade democrática.

Aquele dia 1.º de Maio em liberdade, no qual mais de um milhão de portugueses saiu à rua entoando que *O Povo Unido Jamais Será Vencido!* e *Fascismo Nunca Mais!*, marcou o curso da Revolução de Abril, como também é testemunhado no livro por alguns dos intervenientes sindicais na época.

No decurso do processo revolucionário, a Intersindical/CGTP-IN, as trabalhadoras e os trabalhadores tiveram um papel decisivo nas transformações económicas e sociais que então revolucionaram o país, abrindo-lhes horizontes de participação

activa e de consciência de classe na construção de uma outra sociedade. Em 1975, Esmeralda, dirigente sindical do Sindicato do Comércio e Serviços, em entrevista ao *Alavanca*, deixa-nos esta mensagem:

*Na vida sindical, tomamos consciência de que, no fundo, não há problema algum que não tenha implicações de carácter político.*

*Os activistas sindicais têm necessariamente diversas tendências políticas, simpatizam com diferentes partidos políticos. Mas há algo que a todos é comum: a consciência de que na actual situação política, em que gozamos das mais amplas liberdades políticas, compete aos trabalhadores a resolução dos seus problemas. Há que corrigir vícios alimentados por dezenas de anos de obscurantismo que dificultam e entravam a unidade dos trabalhadores. (Alavanca, n.º 20, 30 Abril 1975, p. V)2.*

Esta é apenas uma breve amostra do trabalho colectivo do livro em construção. À medida que as folhas plenas se soltam e o olhar se fixa na escrita, vemos com mais nitidez os traços da luta e os sinais transformadores que os trabalhadores, as trabalhadoras e a CGTP-IN, em unidade com outras forças sociais, vão imprimindo na nossa História.

**Maria José Maurício**  
Membro do grupo de trabalho  
responsável pela edição da obra  
2013-02-21

<sup>1</sup>A alteração da data deve-se ao atraso de alguns trabalhos de pesquisa.

<sup>2</sup>Disponível em: <http://cad.cgtp.pt/images/stories/alavanca/Alavanca-1975-04-30.pdf>.



Um jornal com história que atingiu as  
100 edições. O STAL está de parabéns.

## STAL assinalou o 100.º número do seu jornal com exposição e lançamento editorial

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) assinalou, a 4 de Outubro de 2012, o 100.º número do *Jornal do STAL*<sup>1</sup>, com uma exposição e o lançamento de duas obras. A exposição, intitulada *100 números do Jornal do STAL — informar, esclarecer, mobilizar*, revisitou as primeiras páginas deste jornal, tendo sido editada em catálogo<sup>2</sup>. Um jornal cujo primeiro número foi publicado em Janeiro de 1984, como resultado, nas palavras do seu primeiro editorial, «[...] da necessidade imediata de alertar os trabalhadores para um conjunto de medidas, que o Governo tenta impor e sobre os aspectos mais gravosos dos diplomas que constituem o famigerado pacote laboral, para a função pública.»<sup>3</sup> Mas a criação do jornal, conforme se admite no seu segundo editorial, não estava dissociada, também, do reconhecimento de que «[...] a informação e propaganda é uma das armas mais importantes que os trabalhadores têm [...]», contribuindo para melhorar a

«[...] organização, unidade e luta pela defesa dos seus interesses e direitos constitucionalmente consagrados [...]»<sup>4</sup>. A celebração desta efeméride fez-se, também, com o lançamento das crónicas, em livro, de António Marques e Adventino Amaro. As crónicas literárias e de viagem do primeiro, membro fundador e ex-Presidente do STAL e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN entre 1993 e 2003, dão corpo a um livro com duas caras: *Um livro; um autor: crónicas sobre literatura publicadas no Jornal do STAL* e *Conhecer terras de Portugal: crónicas publicadas no Jornal do STAL*<sup>5</sup>. As crónicas do segundo,

membro da Direcção Regional de Lisboa do STAL a partir de 1981 e, mais tarde, da sua Direcção Nacional, integram as *Conversas desconversadas seguidas de reverso: crónicas e versos publicados no jornal do STAL*<sup>6</sup>.



<sup>1</sup> O jornal encontra-se disponível para consulta no sítio Web do STAL (<http://www.stal.pt>).

<sup>2</sup> Cfr. STAL — *Exposição comemorativa do Jornal do STAL: 100 números (1984-2011) do Jornal do STAL*. Lisboa: Departamento de Informação Sindical do STAL, 2012. Disponível para consulta no Centro de Arquivo e Documentação (CAD) da CGTP-IN: L/10257.

<sup>3</sup> Idem, p. 3.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Disponível para consulta no CAD: L/10255.

<sup>6</sup> Idem: L/10256.

## VENCER O MEDO: Ideias para Portugal Manuel Carvalho da Silva

«Vivemos tempos de premência em dizer não às inevitabilidades, ao desânimo, ao pessimismo, ao retrocesso social e civilizacional para que as políticas em curso nos empurram. Urge encontrar uma convergência de alternativas que possibilite desviar Portugal da rota que o conduz inevitavelmente ao abismo, respostas que permitam recuperar condições para o progresso económico e social, salvaguardando a democracia e a soberania.»<sup>1</sup>

Nestas primeiras palavras de enquadramento conseguimos vislumbrar alguns dos principais objectivos que Manuel Carvalho da Silva, Coordenador e Secretário-geral da CGTP-IN entre 1986 e 2012, se propõe alcançar com o lançamento, no passado mês de Novembro, de *Vencer o medo: ideias para Portugal*.

O livro reúne um conjunto de textos [...] Alguns resultam de várias intervenções públicas, e outros denotam a sua condição de sociólogo e é assumindo-se como tal que o autor analisa a chamada «sociedade moderna» e o processo de globalização.

Ou seja, por um lado, elencar e analisar os desafios com os quais considera estarmos confrontados (primeira parte), por outro, apresentar e fundamentar uma série de propostas que possam contribuir para a saída da crise que atravessamos (segunda e terceira partes), mostrando, portanto, que, ao contrário da tão propagandeada “inevitabilidade” das medidas que estão a ser implementadas por este governo, as alternativas existem.

O livro reúne um conjunto de textos de natureza diferente. Alguns resultam de várias intervenções públicas que Manuel Carvalho da Silva proferiu desde 2008, em contextos e para públicos diversos; outros denotam a sua condição de sociólogo e é assumindo-se como tal que o autor analisa a chamada «sociedade

moderna» e o processo de globalização. Contudo, acompanhada de um necessário «exercício de memória histórica sobre tempos ainda recentes», há uma coerência temática que confere uma unidade a estes textos e que justificam, em parte, a edição desta obra. E é o próprio autor que nos diz que esta coerência passa pela «[...] busca de respostas para a vida concreta das pessoas, dos cidadãos e das cidadãs que têm o direito a serem seres humanos plenos numa sociedade que deve ter o trabalho num lugar central [...]» (p. 14).



<sup>1</sup> Cfr. Manuel Carvalho da Silva — *Vencer o medo: ideias para Portugal*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2012, p. 9-10.



Hoje, a interdisciplinari-  
dade é uma realidade e  
uma exigência. E nestes  
tempos de dificuldades é  
o diálogo entre as várias  
vertentes artísticas e  
as várias disciplinas da  
ciência e investigação  
que estão a morrer, com  
consequências trágicas.

## Austeridade e Cultura A impossibilidade de coexistência

Vivemos tempos irracionais de morte da criatividade, de secundarização da cultura, de desaparecimento de leitores e públicos, de empobrecimento de quem vive da criação, divulgação e produção de meios culturais. São tempos perigosos de perda de laços identitários. A austeridade não está a só a criar um país de pobres, está a enfraquecer os seus laços e a comprometer o seu futuro.

Quando em plena 2.ª Guerra, sugeriram a Churchill reduzir as verbas destinadas à cultura, em face do esforço financeiro que estava ser feito para fins militares, o mítico político britânico terá respondido qualquer coisa como «Nem pensar. Porque é que acham que estamos a fazer esta guerra?». Bom, a questão é pertinente. Churchill, como político culto e homem de Estado, independentemente de filiações ideológicas, não desconhecia que, para vencer qualquer batalha, seja política, militar, económico-financeira, de desenvolvimento, etc, há necessidade de criação de um colectivo vinculado a laços identitários que são dados, precisamente pela... cultura. Ora, Portugal, o país europeu que há mais tempo mantém definidas as suas fronteiras, com mais de oito séculos de história, mantém laços de identidade comum que lhe permitiram atravessar períodos conturbados da história europeia e até períodos de crise em

que perdeu a soberania, sem perder a essência do que é ser português, o que justifica a forma como recuperou sempre o estatuto de nação, quando o perdeu ou esteve em vias disso. Estes são laços que não se definem facilmente mas de que damos conta quando começam a definhar. Vem isto a propósito, da situação em que Portugal se encontra actualmente. Deixemos para reflexão futura a questão da União Europeia, a legitimidade democrática dos poderes sediados em Bruxelas e os limites que objectivamente têm sido impostos à nossa soberania e centrem-nos na questão da austeridade imposta por uma troika que nos surge como o "homem do fraque", cobrador de dívidas, a bem ou a mal. E a questão começa precisamente na escolha da palavra austeridade. Não tínhamos, até termos começado a sentir os efeitos desta política, uma ideia negativa da expressão. Austero, para uma sociedade com tradições judaico-cristãs, é algo positivo do ponto de vista moral e ético, é a recusa de excessos consumistas com vista a prazeres não essenciais a uma vida simples.

O problema veio depois. A política de austeridade escondia um programa ideológico claro de empobrecimento da população, enquanto a parte financeira e de poder ficava fora dos sacrifícios, senão mesmo lucrava com eles. Depois, a retórica que sustentava a necessidade de austeridade baseava-se na ideia de que os portugueses andaram a viver acima das suas possibilidades, coisa que os cidadãos começaram a ver que era uma mentira pegada, à medida que foram conhecendo os diversos casos de corrupção e a realidade de capitalismo de casino em que a banca em geral mergulhou, dando azo a que os prejuízos fossem pagos pelos cidadãos e os lucros, quando os houve, apenas pelos accionistas. A verdade é que o empobrecimento não se ficou por uma alteração de modo de vida de recusa do consumismo, mas foi mais longe, ao âmago daquilo que é a essência de uma vida digna. A pobreza afectou realmente as hipóteses de realização pessoal, de auto-estima e não só a impossibilidade de aquisição de bens essenciais. E, pior que isso, foi transversal a jovens e velhos, a classes mais baixas e classe média, a operários e quadros, a artistas e a pequenos e micro empresários. Quando se afecta tão estruturalmente uma sociedade não se pode esperar que

tudo fique na mesma. A desestruturação pode atingir pontos nevrálgicos em que assentam os factores identitários de uma comunidade. É nestes períodos que se exige que os valores culturais emerjam e solidifiquem laços que não permitam que a necessidade de bens vitais desmoronem o edifício nação que pressupõe solidariedade colectiva. Ora, há três coisas que este governo não tem: sensibilidade social, competência técnica e cultura de base para entender do que as suas opções ideológicas deveriam vir acompanhadas. O desemprego não é só a eliminação da forma de aquisição de meios de subsistência, é o desenraizamento social com perda de referências, a perda da auto-estima, motor de iniciativas próprias de busca de soluções, de procura, de criatividade, é o isolamento, a vergonha perante a família e relações sociais, é a desistência de criação de pontes com a sociedade e, por último, a perda de valores de referência para a vida em comum na comunidade. O empobrecimento tem as mesmas consequências vitais.

Este Governo, ao generalizar o empobrecimento está a matar a vitalidade que a sociedade encontra em si para dinamizar actividades, criar projectos comuns, encontrar solidariedades que não se fiquem pela caridadezinha. As associações culturais, recreativas e desportivas, de génese profissional ou de bairro estão condenadas. As actividades custam dinheiro, para além de exigirem vontades. Nem mesmo os que têm emprego a elas se podem dedicar, porque, muito convenientemente, a legislação que lhes permite ter crédito de horas para o exercício da actividade associativa, claramente de interesse público, é insuficiente num quadro de desregulação laboral crescente. Contar com dinheiros públicos é miragem que já ninguém acredita.

A morte da classe média, consumidora preferencial dos designados produtos culturais, tem levado à inexistência de públicos para as artes do espectáculo, já de si em crise de criação e produção.

A classe artística está assim, a par dos outros cidadãos, a empobrecer velozmente, a ser incapaz de produzir o que o seu talento exigiria, a ver frustrada a sua realização profissional —

um direito de todos os cidadãos e que está a ser retirado, designadamente, aos desempregados de longa duração — a perder influência na cena internacional e a ter vontade de sair, mudar de país, ir criar para outros o que deveria ser criado aqui, com as referências daqui. Sabe-se como as críticas aos subsídios à criação cultural são recorrentes. Hoje, já não é isso que se discute, mas dizer que em tempos de dificuldades é que se vê a verdadeira criatividade e que a verdadeira arte nasce em quaisquer circunstâncias é desconhecer a realidade e a história da arte. O artista que passa fome num sótão de Paris e cria obras de génio, não passa de mito. Mesmo no período da Renascença, o poder financiou a arte — sobretudo a música e as artes plásticas. Hoje, a interdisciplinaridade é uma realidade e uma exigência. E nestes tempos de dificuldades é o diálogo entre as várias vertentes artísticas e as várias disciplinas da ciência e investigação que estão a morrer, com consequências trágicas. O iluminismo validou a criatividade como forma suprema de realização. Poder-se ia dizer que ninguém proíbe ninguém de fazer o que lhe aprouver. É um facto. Mas, se para escrever um livro basta tempo e um computador, depois é preciso ter um editor, rever provas, um designer para a capa, um distribuidor e verbas para a sua divulgação. Depois, são necessários leitores que os comprem. É pouco? Não é. Citando António Pinto Ribeiro, no jornal *Público* «sem novos reportórios no teatro, sem novos leitores, sem novas formas de expor obras da herança patrimonial, sem a criação de novos softwares na educação, é toda uma comunidade que começa a morrer. E, em tempos europeus de tantas dificuldades, encontrar sentidos nunca, como hoje, foi tão fundamental.»

Mário Rui



© Javad Alizadeh



O movimento associativo tem uma importância muito maior do que aquilo que se possa pensar. As colectividades de cultura, recreio e desporto, em Portugal, são mais de 30 000 e são 50,3% de toda a economia social. Os dirigentes associativos, a nível nacional, são cerca de 450 000. Ou seja, esta é uma realidade com peso na vida social e cultural do país. Oportunidade para falar com Augusto Flor, Presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto<sup>1</sup>



## Augusto Flor

### "Um ser humano só é integral e completo se tiver acesso à cultura, ao recreio, ao desporto e ao social"

**C:** Estamos a viver um período de austeridade que se reflecte no movimento associativo. De que forma é que isso acontece?

**AF:** Ela reflecte-se de todas as formas, porque o movimento associativo é aquilo que se pode chamar quase um espelho da sociedade, logo, não está imune aos fenómenos sociais. É parte integrante da sociedade, pelo que sofre todas as consequências do estado do país. Estamos a atravessar dificuldades.

**C:** A alteração nas relações de trabalho influi alguma coisa?

**AF:** As várias alterações ao Código do Trabalho foram sempre no sentido de prejudicar os trabalhadores. O padrão tem sido este. Como é que isto se reflecte no movimento associativo? Oitenta e nove por cento dos dirigentes associativos, a nível nacional, e estamos a falar de 450 000 pessoas, são trabalhadores por conta de outrem, logo têm problemas de precariedade, com a instabilidade resultante, problemas de desemprego. E o problema do desemprego não significa que o dirigente associativo tem mais disponibilidade para estar na

colectividade, pelo contrário, provoca-lhe uma instabilidade tal que ele acaba por ter menos tempo para lá estar.

**C:** Há alguns sectores onde exista legislação que permita a esses dirigentes terem créditos de horas?

**AF:** Há. É a Lei 20/2004, de 5 de Junho. É o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.

**C:** E abrange os dirigentes das colectividades de cultura e recreio?

**AF:** Sim, abrange. Aliás, foi proposta por nós. Mas, como dizia, o desemprego, a precariedade, a desregulação dos horários de trabalho são factores graves que atingem o coração das colectividades, porque atingem a capacidade de arranjar dirigentes associativos. A deslocalização dos locais de trabalho é outro problema.

**C:** E há ainda as obrigações legais a cumprir por esses dirigentes, não é?

**AF:** É verdade. Há uma série de questões que resultam do conjunto de obrigações legais que recaem directamente sobre o dirigente associativo, voluntário e benévolo; estamos a falar

de alguém que não recebe um cêntimo pelas funções que desempenha, como é o meu caso (sou dirigente associativo há 43 anos, desde 1970). Quais são essas responsabilidades? Somos nós os responsáveis directos, do ponto de vista civil e criminal, de acordo com a lei que hoje existe, por tudo o que aconteça na colectividade, se esta não tiver os meios para suprir essas situações. Dou-vos um exemplo: a colectividade faz um contrato, por qualquer razão não o cumpre, tem que ressarcir a entidade terceira e não tem meios – isso recai sobre os dirigentes, seja qual for o contrato, seja qual for a circunstância, seja qual for a situação. Essa situação faz com que haja colegas meus que, por várias razões, têm os vencimentos penhorados e até já nem são dirigentes. Mas, como eram na altura em que foi tomada essa decisão...

**C:** As colectividades são inspeccionadas?

**AF:** Desde logo, acções inspectivas da ASAE [Autoridade de Segurança Alimentar e Económica], acções inspectivas da Sociedade Portuguesa de Autores, acções inspectivas da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, já que falamos de Cultura, acções inspectivas das Finanças, do IPDJ [Instituto Português do

Desporto e Juventude] às instalações, aos equipamentos e às actividades desportivas.

Se virmos a questão da natureza das relações de trabalho e da disponibilidade ou indisponibilidade das pessoas, mais esta questão, podemos dizer que quem é dirigente associativo, hoje, tem que ser um herói, tem que ter muita coragem.

**C:** O aumento de obrigações não trouxe igualmente um aumento das despesas?

**AF:** Sim, tivemos um aumento drástico das despesas (por exemplo, as actividades estatutárias, que não eram tributadas através do IVA, passaram a sê-lo e não passaram a ser tributadas a 6 ou a 13%, não foi à taxa mínima ou à taxa média, nem foi aos 21% que havia antigamente, foi tudo a 23%). Isto significa, para terem uma ideia, que se hoje alguém tem um filho, uma criança ou um idoso que queira praticar uma actividade, essa actividade tem que ser tributada a 23%, porque funciona como um bem. Ou seja, nós estamos a ser tratados como empresas. Na prática, não há a chamada “discriminação positiva” que a própria Constituição consagra.

**C:** E já houve essa “discriminação positiva”?

**AF:** Já. Quando não se pagava IVA, por exemplo. Só se pagava IVA sobre as actividades que não eram estatutárias.

**C:** Considera que há uma perseguição ideológica ao movimento associativo?

**AF:** O regime capitalista é absolutamente contrário ao sistema social em que assenta, digamos, uma ideologia associativa. Portanto, estes regimes, em si, são incompatíveis um com o outro. Mas falava-lhe do aumento das despesas. Este aumento dá-se nos combustíveis, na água, nos transportes, nas portagens que não havia e agora passou a haver, na luz, nas rendas de casa, etc. Muitas colectividades têm instalações arrendadas. Esta nova lei das rendas está a fechar colectividades. Todos os dias temos situações destas. Temos acordos com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses e com a Associação dos inquilinos do Norte de Portugal, que estão a dar apoio jurídico e técnico aos nossos associados, como se fossem associa-

**C:** Financeiros e ao nível das actividades, porque, no fundo, o que as autarquias fazem é financiar as actividades e não financiar, pura e simplesmente, a associação.

**AF:** Mas o que acontece é isso. Financiam-se as actividades, não se financiam as associações. Aliás, a própria legislação obriga a que seja através de contratos-programa. Mas isso já não acontece desde 2010. Até 2005, não havia, propriamente, a figura do contrato-programa. Havia um protocolo, apresentava-se um projecto, etc. Mas, já agora, fiquem com esta ideia: nós estimamos que mais de 60%, talvez até mais, das colectividades que existem, a nível nacional, não têm um cêntimo de apoio público. A razão principal é muito simples [...]: porque elas próprias não têm capacidade de se candidatar, é um problema do movimento associativo. Não têm capacidade para apresentarem um projecto, um programa, um plano, orçamentá-lo e apresentá-lo à câmara municipal ou à junta de freguesia em tempo útil para poder haver as respectivas decisões.

dos deles ao abrigo dos protocolos que temos, mas esta é uma situação muito grave.

Do lado das receitas, a situação que vivemos resulta em dois ou três aspectos. As famílias têm menos meios financeiros e, portanto, não pagam quotas, reduzem actividades, atrasam pagamentos... e não havendo actividade não há aquelas actividades complementares que geravam receitas, como os bares, por exemplo.

Terminava dizendo-vos isto: o movimento associativo, a nível nacional, está comprovado por nós, não é subsídio-dependente e, bem pelo contrário, somos contribuintes líquidos do orçamento do Estado. Temos as contas feitas.

**C:** Há diálogo entre as autarquias e o movimento associativo local?

**AF:** Haver, há. Mas há ritmos diferentes e vários graus de diálogo. Há diálogo que se faz porque há mesmo estruturas de acompanhamento, de ligação e de cooperação entre o movimento associativo e a autarquia. Temos associações concelhias, ou seja, estruturas que representam as colectividades de um concelho e que as representam junto, por exemplo, da câmara municipal.

**C:** Mas estava convencido de que as próprias autarquias eram um suporte do movimento associativo nas regiões.

**AF:** Em termos financeiros?





**C:** As associações tinham um papel (digo “tinham” porque, actualmente, esse papel pode ser desempenhado por outras organizações) de criação identitária, digamos assim, das pessoas e da comunidade, em termos de valores, de ética, a nível cultural, etc. Acha que isso se mantém ainda hoje ou está em risco?

**AF:** Acho que se mantém. Os valores são dinâmicos. Porque um valor é uma construção intelectual, não é um facto social adquirido sem se saber de onde vem. É uma construção intelectual que nós próprios vamos construindo e desconstruindo, vamos fazendo a sua manutenção, como quem faz a manutenção de uma máquina; mas também se vai desgastando, como se desgastam as peças de uma máquina. Acho que, neste sentido, o movimento associativo continua a ter uma matriz, até porque também há um aspecto de ordem sociológica que está associado a esse tipo de valores. Costumo dizer que o movimento associativo, do ponto de vista sociológico, é transversal, isto é, tem desde o operário menos qualificado ao indivíduo mais qualificado ou académico, cientista, etc. Do ponto de vista profissional, tem tudo. Creio que estes valores estão muito ligados, também, à composição sociológica maioritária deste movimento, porque são, essencialmente, pessoas que, sentindo necessidades e como o Estado, a superestrutura da sociedade, não lhes resolvia essas necessidades e elas próprias, sozinhas, também não as conseguiam resolver, associaram-se para as resolver de forma colectiva. Portanto, há aqui uma ideologia, que não é uma ideologia política, partidária, sindical, mas há uma ideologia associativa que está muito ligada a esta origem sociológica e, portanto, isto acaba por formar e formalizar



© CPCCRD

um determinado conjunto de valores: os da solidariedade, da entreatajuda, da cooperação, do trabalho colectivo. São valores que nós temos e que vamos transmitindo, quer empiricamente, quer...

**C:** É bom ter em conta, só para relembrar, que muitas das pessoas que estão ligadas aos sindicatos, mesmo ao movimento político e a alguns partidos, vieram do movimento associativo, de base. Mesmo na vida cultural, há actores e encenadores que vieram de pequenas associações de bairro.

**AF:** Sim, sim. Costumamo-nos lembrar sempre dos Figos, dos Ronaldos, da Vanessa Fernandes, etc., mas se formos para o fado, para a canção, para o teatro... O António Silva era actor da [Sociedade] Guilherme Cossoul, por exemplo...

**C:** O Raul Solnado também...

**AF:** Exacto. O fadista Ricardo Ribeiro também começou numa colectividade.

[...] havia pessoas que, do ponto de vista hierárquico, das 8 da manhã às 6 da tarde tinham um determinado papel na empresa. No clube, as pessoas mudavam completamente e chegaram-se a encontrar pontos de convergência para acções de luta, para dar uma perspectiva diferente, para desmascarar esta ou aquela situação, enquanto se estava a jogar às cartas ou ao dominó [...]

**C:** Havia muitas associações que nasciam de sectores e nasciam até no interior de empresas. Isto hoje quase desapareceu, não é?

**AF:** Eu trabalhei numa empresa em que tínhamos um grupo desportivo dos trabalhadores. Foi uma experiência absolutamente extraordinária. A primeira decisão foi: é um clube desportivo independente da empresa, isto é, a empresa não mete aqui dinheiro, nós é que nos quotizamos, nós é que fazemos, nós é que decidimos, nós é que elegemos. Esta foi uma decisão absolutamente ímpar naquela altura, porque o conjunto de clubes de empresa era os clubes da empresa “tal”. O nosso não, era o clube dos trabalhadores da empresa “tal”. Estão a ver a diferença. Eu saí de lá em 1979, mas este clube teve um papel fundamental (a empresa encerrou em 1986) para travar os ataques que havia à empresa, sabem como? Por uma via que nem nós sabíamos, na altura. É porque havia pessoas que, do ponto de vista hierárquico, das 8 da manhã às 6 da tarde tinham um determinado papel na empresa. Eram chefias, alguns deles eram bons profissionais, outros eram maus, aliás, como em qualquer outra instituição. No clube, as pessoas mudavam completamente e chegaram-se a encontrar pontos de convergência para acções de luta, para dar uma perspectiva diferente, para desmascarar esta ou aquela situação [...], enquanto se estava a jogar às cartas ou ao dominó, ou ao ténis de mesa, ou quando se ia à pesca (porque havia pesca desportiva, mas também ciclismo, futebol de salão, andebol, artes plásticas, havia quem pintasse, quem desenhasse, quem fizesse escultura de madeira, de ferro e

em vários tipos de materiais). E quando fazíamos estas iniciativas, tratávamos por “tu” o engenheiro, o mestre, o encarregado. Portanto, há aqui questões em que o clube da empresa desempenhava um papel essencial naquilo que se pode chamar a identidade do clube, que alterava a identidade social de cada indivíduo. O conjunto de relações alterava-se a partir do momento em que batiam as 6 horas. O clube da empresa tinha, portanto, esta enorme particularidade e permitiu a muitos trabalhadores descobrirem-se como criadores, por exemplo. Pessoas que não sabiam que eram capazes de fazer escultura em ferro ou em madeira, ou de pintar, ou desenhar, ou tocar. Chegámos a ter um conjunto de baile. Isto para vos dizer que os clubes de empresa tinham, de facto, essa enorme função dentro da empresa, no universo da empresa. Mas, se começarmos a pensar no que isso significava no conjunto das empresas daquela localidade, daquele concelho, daquela região...

**C:** Mas, de facto, entre esse tipo de associações que nasciam no interior das empresas, algumas eram mesmo sectoriais. Por exemplo, o sector dos bancários, grupos de teatro ligados a este sector, coros...

**AF:** Ainda hoje há coros que começaram, precisamente, no sindicato dos bancários.

**C:** Esse tipo de coisas, hoje em dia, já não nasce. Os que existiam, existem...

A mitigação dos meios dados à cultura por este governo mostra a importância que se lhe dá. Ou seja, não cumprem as suas obrigações, mas obrigam as colectividades, através da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, ao pagamento das taxas, das licenças, etc.

**AF:** E muitos desapareceram mesmo. Também desaparecem as pessoas que são, digamos, os motores dessas iniciativas. E há realidades laborais e sociológicas que vão mudando.

**C:** Tendo em conta que é um estudo-so destas matérias, até que ponto é que a organização das cidades, a forma como se vive hoje nas cidades, tem reflexos naquilo que são as dinâmicas do movimento associativo?

**AF:** O movimento associativo, em minha opinião, é influenciado e influencia, é uma relação dialéctica, o meio onde está inserido. Se fizerem as contas, vemos que, por exemplo, o número de dirigentes associativos eleitos é 10 vezes mais do que o número de autarcas eleitos, considerando tudo: assembleias de freguesia, juntas de freguesia, assembleias municipais, câmaras municipais. Em média, existem entre 6 e 7 colectividades por freguesia e, portanto, há uma forte influência das colectividades no meio e elas também recebem influência do meio.

**C:** 1% para a cultura diz-vos alguma coisa?

**AF:** Ao fazermos o nosso dia nacional das colectividades, que este ano foi em Óbidos, no dia 1 de Junho, dedicámo-lo à plataforma “1% para a cultura” e fizemo-lo levando lá um elemento dessa plataforma, a quem demos a primazia de intervir logo no início da sessão

comemorativa, e eu próprio, na minha intervenção, me referi a estas questões da cultura. Porque nós não somos apenas consumidores e produtores e porque reconhecemos o valor intrínseco da cultura, isto é, a cultura vale por si, independentemente do custo material que ela tenha, ela é essencial. O ser humano não pode viver só com a roupa, com a comida e com o telhado. O ser humano só é um ser humano integral, completo e completa-se se tiver a cultura, o recreio, o desporto, o social. A mitigação dos meios dados à cultura por este governo mostra a importância que se lhe dá. Ou seja, não cumprem as suas obrigações, mas obrigam as colectividades, através da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, ao pagamento das taxas, das licenças, etc. Por exemplo, para fazermos um karaoke, pagamos uma fortuna. Estamos de acordo em que devemos trabalhar e lutar para ter, pelo menos, 1% no orçamento do Estado e trabalharmos para termos, um dia, 1% do PIB afecto à cultura. Portanto, eu diria que nós estamos nessa luta e estamos porque achamos que é, de facto, essencial. Não estamos por causa da cultura pública, que também tem que ser considerada, ou por causa da cultura industrializada ou com fins lucrativos. Estamos por causa da nossa cultura e achamos que devem haver os meios estruturais (o Ministério, o Ministro, etc.) e haver políticas culturais que sejam, naturalmente, discutidas com os agentes culturais, dos quais nós fazemos parte.



© CPCCRD

<sup>1</sup> A entrevista foi efectuada no dia 20 de Junho, encontrando-se disponível para consulta, na sua íntegra, no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN.



O humor é uma das mais eficazes formas de retratar o que no real existe de ridículo e anacrónico. É por causa disso que o poder nunca gostou dos humoristas.

## Carta aberta aos condóminos

Os passos que o senhor Coelho prosseguiu desde que foi eleito para a administração do condomínio vêm degradando o ambiente entre a vizinhança. Fez um enorme aumento do valor da participação de cada condómino para a manutenção do edifício e, em conluio com o Porteiro, alterou as formas de gestão do prédio, com prejuízo para a generalidade dos moradores e benefício para si próprio e alguns vizinhos amigos.

O senhor Coelho habita o rés-do-chão e, com a ajuda do Porteiro, entendeu-se com os vizinhos dos andares mais baixos para acabar com a comparticipação equitativa para o pagamento das despesas do prédio. Na última assembleia de condóminos veio insurgir-se com o valor do seu contributo para essas despesas. Disse que não achava justo que os custos com electricidade, água e limpeza fossem suportados por igual entre todos os co-proprietários. Ele, que não usa o

elevador nem as escadas, devia pagar uma quota de condomínio inferior à do vizinho do último andar. A ideia não pareceu despropositada. Afinal, tratava-se de pôr em prática o tão propalado princípio do “utilizador pagador”. O senhor Coelho tinha feito o “trabalho de casa” e apresentou logo ali a proposta do valor a pagar por cada condómino, calculada com uma percentagem crescente para os pisos mais elevados. Os vizinhos dos últimos andares ainda se manifestaram chocados com a tão elevada importância que lhes cabia pagar, mas os seus protestos foram logo contraditados pelos dos andares mais baixos. O Porteiro – que habita as águas furtadas e está isento de pagamentos – não tinha voto na matéria, mas sempre ia comentado a justiça da proposta. É, pois, com base nos princípios invocados pelo senhor Coelho e pelo Porteiro que venho propor aos restantes condóminos que não participemos nas despesas da reparação das infiltrações de água no telhado que afectam as águas furtadas, nem a resolver o entupimento dos canos de saneamento do prédio que encheram de merda a casa do vizinho do rés-do-chão.

Assina: o vizinho do último andar  
(Júlio Cardoso)



## Os Primatas e a Justa Distribuição da Riqueza

A luta por uma “justa distribuição da riqueza” tem sido um dos princípios básicos na construção de sociedades de matriz democrática. As diversas variantes políticas partem do pressuposto, supostamente humano, da equidade, da troca de serviços e da aproximação a uma “justa distribuição da riqueza”. Quando algum destes valores é colocado em causa estamos perante comportamentos desviantes, afastamo-nos liminarmente do exercício democrático mas, por certo, ganhamos eleições e somos, pelo menos durante algum tempo, alvo do cego apoio popular. Esta matriz é a que distingue comunidades de homens e mulheres

livres de outras comunidades de seres animais, cujos estudos zoológicos revelam, normalmente para estes, comportamentos diferenciados e baseados nouro tipo de valores. Será assim? Tenho as minhas mais sinceras e fundadas dúvidas. Até porque a dúvida, tal como o erro, é única e exclusivamente humana, assim o julgava eu, mesmo com as excepções que sempre confirmam a regra. “Constroem instrumentos; caçam; cooperam entre si; estão sujeitos às crises da meia-idade; dividem equitativamente prémios e bens.” E não, não falo de acção humana.

As recentes novas experiências, relatadas em alguns órgãos de comunicação social, com grupos de primatas e de crianças tendo por base o “ultimatum game”, ajudam a sustentar a dúvida. Não cabendo aqui explicitar o jogo, o que importa reter é que as conclusões são semelhantes



## Para acabar de vez com a dita

Sempre que ouço falar em cultura saco de um... livro. Trata-se de “Para Acabar de Vez com a Cultura” de Woody Allen. Quem escreve assim não é gago e não acha mesmo gracinha nenhuma à ignorância. Quem faz o mesmo que eu são os sucessivos secretários de Estado da Cultura, ou ministros ou o Governo todo, sei lá, ou apenas o ministro das Finanças. A diferença é que eu li o livro e eles não. Acharam graça ao título e tem uma lombada gira. É livro de cabeceira de uma série de governantes. Todas as noites lêem o título, a primeira linha do prefácio e adormecem profundamente, tranquilos. A machadada que deram na cultura foi bem dada e obedece ao que um dos maiores vultos da cultura norte-americana defende. Nem mais! Pena ser uma miséria o que se dedica à cultura, senão até dava para fazer umas flores no défice. Junta-se o que se corta na investigação e mesmo assim é tão pouquinho, que põe o Gaspar com uma ruga no meio

da testa. “Temos mesmo de ir à Saúde e Educação”, declara pe-remptório. Os ministros das pastas respectivas ficam com um sorriso amarelo, contentes por poderem ser úteis, mas já preocupados com a argumentação a dar. Professores, auxiliares, médicos e enfermeiros não são flor que se cheire. Reivindicam que se farta. Fazem greves. Argumentam e há gente que vai na conversa deles. “E não há maneira de acabar com essa cambada?”, pergunta Passos, hesitante. “Pode-se pedir um relatório ao BCE”, responde Crato. “Ao BCE?”, admira-se Gaspar. “O que pedimos ao FMI e OCDE deu no que deu. Credibilidade zero. Talvez repetindo as conclusões, a malta modere as críticas”, responde Crato. “Ao BCE”, diz, pensativo, Gaspar, já sorrindo. De repente, em júbilo, o Álvaro dos pastéis de nata, grita: “E se os privatizarmos?” Passos saltou da cadeira,

para ambos os grupos. Nada de novo. Conhecem-se as teorias sobre a evolução do homem. Assumem-se as parecenças, físicas e outras. De símio todos temos um pouco, embora uns mais que outros. A minha conclusão é outra: enquanto primatas e crianças fazem jus aos respectivos códigos genéticos, o homem crescido só apresenta disfunções. *Hominis deflectere?* numa definição livre! Será que o Moedas, o Gaspar, o Passos, o Portas, o “Relvas”, o Borges, o Nuncio, o Sarmiento, o Rosalino, o Mota Soares, o Crato, o Álvaro, o Espírito Santo, e só para lembrar alguns indígenas locais, derivam do mesmo código genético dos pais fundadores da democracia? Qual o seu nível de partilha? Se este grupo jogasse o “ultimato”, qual seria o resultado? Não seria preferível governarmos a nossa sociedade de acordo com regras mais... primatas? Pelo menos teríamos a vantagem de não ter de os ouvir por falta de orçamento para contratar intérpretes.

Carlos Galiza



radiante, deu por finda a reunião do Conselho de Ministros e declarou: “privatize-se!” Os outros anuíram, mas não perceberam muito bem o que era para privatizar. A sorte é que não estava prevista nenhuma entrevista do primeiro-ministro para esse dia, senão lá teria de haver um desmentido. E é assim que nascem ideias brilhantes como as propinas no ensino obrigatório. E tudo começou com a cultura. Ora, acabe-se com ela. Ou privatize-se, sei lá. O que apetecia era uma mala Chanel. O resto é cultura.

Mário Rui



# Cartão CGTP

Relembramos que o Cartão CGTP oferece um conjunto de benefícios de que podem usufruir os trabalhadores sócios de sindicatos filiados na CGTP-IN, dirigentes e funcionários sindicais do Movimento Sindical Unitário, no acesso a vários bens e serviços culturais oferecidos pelas entidades enumeradas neste boletim. Para beneficiar dos descontos referenciados, deverão os interessados apresentar o seu cartão de sócio de um dos sindicatos filiados na CGTP-IN, indicando que têm conhecimento do protocolo celebrado com esta Confederação sindical.

**Para mais informações, contactar:**  
Marta Curto  
marta.curto@cgtp.pt  
Tel.: 213 236 500

## Cartão CGTP: Protocolos

| 20 |

Nome	Morada	Contactos	Desconto
Malaposta, Centro Cultural	Rua Angola, 2620-492 Olival Basto	Tel.: 21 938 31 00; Fax: 21 938 31 09; info@malaposta.pt	50% (excepto sessões de preço único)
Companhia de Teatro de Almada	Teatro Municipal de Almada Av. Prof. Egas Moniz 2804-503 Almada	imprensa@ctalmada.pt	50%
A Barraca: Companhia de Teatro	Largo de Santos, 2 1200-808 Lisboa	Tel: 21 396 53 60; Fax: 21 395 58 45 E-mail: barraca@mail.telepac.pt URL: http://www.abarraca.com/	25%
A Escola da Noite: Grupo de Teatro de Coimbra	Rua Pedro Nunes - Oficina Municipal do Teatro Quinta da Nora 3030-199 Coimbra	Tel: 23 971 82 38; Fax: 23 970 53 67 Telemóvel: 96 630 24 88 E-mail: geral@aescoladanoite.pt URL: http://www.aescoladanoite.pt/	20%
A Jangada: Cooperativa Profissional de Teatro	Quinta das Pocinhas 4020 Lousada		10%
ACTA: Companhia de Teatro do Algarve	Escritório: Rua Antero de Quental, 119 8000-210 Faro Estúdio: Rua Cunha Matos, 23 8000-262 Faro	Tel: 28 987 89 08/28 988 27 03 Fax: 28 988 27 04 E-mail: geral@actateatro.org.pt URL: http://www.actateatro.org.pt/	30%
Aquilo Teatro	Largo do Torreão s/n Apartado 134 6301 Guarda	Tel. e fax: 27 122 24 99 E-mail: aquilo.teatro@sapo.pt	50%
Cena Aberta: Companhia Teatral de Santarém	Largo Padre Francisco Nunes da Silva, n.º 3 2000-134 Santarém	Tel: e fax: 24 332 88 54 Telemóvel: 91 985 05 90 (Alexandra Baptista) E-mail: cena.aberta@mail.telepac.pt	30%
CENDREV: Centro Dramático de Évora	Teatro Garcia de Resende Praça Joaquim António de Aguiar 7000 Évora	Tel: 26 670 31 12; 26 674 11 81 E-mail: cendrev@mail.evora.net URL: http://www.evora.net/cendrev/	30%

Centro Cultural de Belém	Fundação Centro Cultural de Belém, Praça do Império, 1449-003 Lisboa	Tel.: 21 361 27 00; E-mail: amigoccb@ccb.pt; URL: http://www.cb.pt	20% na subscrição do Cartão Amigo CCB (30% caso a adesão seja feita por débito directo em conta)
Chão de Oliva: Companhia de Teatro de Sintra	Rua Veiga da Cunha, 20 2710-627 Sintra	Tel: 21 923 37 19 Fax: 21 923 14 46 Telemóveis: 91 220 63 84; 91 616 86 39 E-mail: chaodeoliva@chaodeoliva.com	50%
Chapitô: Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	Costa do Castelo, n.º 1/7 1149-079 Lisboa	Tel: 21 885 55 50 Fax: 21 886 14 63 E-mail: mail@chapito.org URL: http://www.chapito.org/#	25%
CiRAC: Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão	Av. da Sobreira 4538-251 Paços de Brandão	Tel: 22 744 86 25	15%
Companhia de Teatro de Braga	Teatro Circo Av. da Liberdade, 697 4710-251 Braga	Tel: 25 321 71 67; 25 326 24 03 Fax: 25 361 21 74 E-mail: ctb@mail.telepac.pt; info@ctb.pt URL: http://www.ctb.pt/	50%
Comuna: Teatro Pesquisa	Praça de Espanha 1070-024 Lisboa	Tel: 21 722 17 70/6 Fax: 21 722 17 71 E-mail: geral@teatrocomuna.pt URL: http://www.comunateatropesquisa.pt/	50%
Ensemble: Sociedade de Actores	Trav. da Telheira - Telheiró Avioso (Santa Maria)	Tel: 22 982 63 18	
Lua Cheia: Teatro Para Todos	Rua da Casquilha, 16, 7.º Dto 1500-152 Lisboa	Tel: 21 443 05 91; 96 604 64 48 (Ana Enes) Fax: 21 009 34 44 E-mail: teatro@luacheia.pt URL: http://www.luacheia.pt/	15%
Marionetas, Actores e Objectos Grupo de Teatro	Largo de São Domingos, 46 r/c 4900-330 Viana do Castelo	Telemóvel: 96 459 63 13 (Carla Magalhães) E-mail: marionetas.viana@gmail.com; marionetas_viana@hotmail.com URL: http://www.teatrinho.com.pt/	50%
Quarta Parede: Associação de Artes Performativas da Covilhã	Rua Mateus Fernandes, n.º 135, 2A, 6200-072 Covilhã	Tel. e fax: 27 533 56 86 Telemóvel: 96 978 53 12; 96 901 42 54 E-mail: qp@quartaparede.pt URL: http://www.quartaparede.pt	40%
Te-ato: Grupo Teatro de Leiria	Rua Pedro Nunes, 15 (ao Terreiro) Apartado 1066 – 2401-801 Leiria	Tel./fax: 24 482 84 79; T elemóvel: 96 290 43 85; E-mail: teatroleiria@gmail.com; te-ato@alcachofra.net; URL: http://www.alcachofra.net/Te-Ato/	30%
Teatro 3 EM PIPA: Associação de Criação Teatral e Animação Cultural	Monte Novo do Serrinho Apartado 150 - 7630 Ode-mira	"Tel: 28 338 66 49 Fax: 28 338 66 49 E-mail: 3empipa@sapo.pt Telemóvel: 96 233 94 69	20%
Teatro Art'Imagem	Rua da Picaria, 89 4050-478 Porto	Tel: 22 208 40 14 Fax: 22 208 40 21 E-mail: producao@teatroartimagem.org URL: http://www.teatroartimagem.org/	30%

| 21 |



Teatro Casa da Comédia: Filipe Crawford Produções Teatrais	Rua são Francisco de Borja, n.º 22 1200-843 Lisboa	Tel: 21 395 94 17/8 Fax: 21 395 94 19 E-mail: casadacomedia@mail.telepac.pt URL: http://www.filipecrawford.com	Desconto conforme a época teatral
Teatro d'O Semeador: Teatro de Portalegre	Convento de Santa Clara Apartado 264 7300-901 Portalegre	Tel: 24 520 78 94	25%
Teatro da Cornucópia: Teatro do Bairro Alto	Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A 1250-268 Lisboa	Tel: 21 396 15 15; 21 396 92 05 Fax: 21 395 45 08 E-mail: info@teatro-cornucopia.pt URL: http://www.teatro-cornucopia.pt/htmls/home.shtml	20%
Teatro da Garagem: Teatro Taborda	Costa do Castelo, 75 1100-178 Lisboa	Tel: 21 885 41 90 Fax: 21 868 85 50 E-mail: geral@teatrodagaragem.com URL: http://www.teatrodagaragem.com	50%
Teatro das Beiras	Travessa da Trapa, 2 Apartado 261 6201-909 Covilhã	Tel: 27 533 61 63; Fax: 27 533 45 85 Telemóvel: 96 305 59 09 E-mail: geral@teatrodasbeiras.pt URL: http://www.teatrodasbeiras.pt/home.asp	40%
Teatro de Animação de Setúbal	Forum Municipal Luisa Todi 2900 Setúbal	Tel: 26 553 24 02 Fax: 26 522 91 30 E-mail: tas.setubal@netcabo.pt	25%
Teatro de Ferro	Rua do França, 8/58, 4400-174, V. N. Gaia	Tel.: 22 370 00 11; 96 256 96 56; E-mail: geral@teatrodeferro.com, teatrodeferro@gmail.com; URL: www.teatrodeferro.com, www.myspace.com/teatrodeferro	20%
Teatro de Marionetas do Porto	Rua de Belomonte, 57 4050-097 Porto	Tel: 22 208 33 41 Fax: 22 208 32 43 E-mail: teatro@marionetasdoporto.pt URL: http://www.marionetasdoporto.pt	20%
Teatro do Bolhão: Academia Contemporânea do Espectáculo	Praça Coronel Pacheco, n.º 1 4050-453 Porto	Tel: 22 208 90 07 Fax: 22 208 00 52 E-mail: teatrodobolhao@ace-tb.com	50%
Teatro do Noroeste	Teatro Municipal Sá de Miranda Rua Sá de Miranda 4900 Viana do Castelo	Tel: 25 882 28 05 E-mail: teatro-municipal@cm-viana-castelo.pt URL: http://www.cm-viana-castelo.pt/teatro/noroeste.htm	50%
Associação Cultural Teatro dos Aloés	Rua António Ferreira n.º 1, 9.º Dto. 2650-386 Amadora	Tel.: 21 814 08 25/91 664 82 04; E-mail: teatrodosaloes@sapo.pt; URL: http://www.teatrodosaloes.pt	50% (válido para os espectáculos nos Recreios da Amadora, Avenida Santos Mattos, n.º 2, Amadora)
Teatro Experimental de Cascais	Teatro Municipal Mirita Casimiro Av. Marechal Carmona, 6 B	Tel: 21 467 03 20 Fax: 21 483 21 86 E-mail: t.e.c@netcabo.pt URL: http://www.tecascais.org/#	50%
Teatro Extremo	Rua Serpa Pinto, n.º 16 Apartado 124 2801-801 Almada	Tel: 21 274 22 20; 21; 272 36 60 (Escritório) Fax: 21 272 36 69 (Escritório) E-mail: teatro@teatroextremo.com URL: http://www.teatroextremo.com/te.htm	25%

Teatro Fórum de Moura	Rua Cardeal Lacerda, 8, 7860-018 Moura	Tel.: 96 009 32 69/96 670 60 36; E-mail: teatrofmoura@gmail.com; URL: http://www.teatroforumdemoura.blogspot.com	20%
Teatro Infantil de Lisboa	Rua Tereiro do Trigo, n.º 66, 5.º C 1100-604 Lisboa	Tel: 21 886 05 03; 21 715 40 57 (Bilheteira) Fax: 21 887 25 58 E-mail: info@til-tl.com; URL: http://www.til-tl.com/	7,00€ de desconto por bilhete
Teatro Nacional São João	Praça da Batalha 4000-102 Porto	Linha verde: 800 10 8675 Tel: 22 340 19 00 Fax: 22 208 83 03 E-mail: geral@tnsj.pt URL: http://www.tnsj.pt	5€ na compra de bilhetes para os espectáculos do TNSJ, para lugares de Plateia (também no Teatro Carlos Alberto) e Tribuna; 50%, incluindo acompanhante, mediante aquisição dos bilhetes com 48 horas de antecedência.
Teatro o Bando	Vale de Barris Apartado 152 2950-055 Palmela	Tel: 21 233 68 50 Fax: 21 233 42 41 E-mail: geral@obando.pt URL: http://www.obando.pt/	Preço único de 5€
Teatro Pé de Vento: Colectivo de Animação Teatral	Rua da Vilarinha, 1386 4100-513 Porto	Tel: 22 610 89 24 E-mail: pevento@clix.pt	50%
Teatroesfera	Rua Cidade Desportiva, 2745-012 Queluz	Tel: 21 430 34 04; Fax: 21 430 17 57; E-mail: geral@teatroesfera.com; URL: http://www.teatroesfera.com	50%
Teatro da Rainha	Sala Estúdio do Teatro da Rainha, Rua Vitorino Fróis, 22500-208 Caldas da Rainha	Tel.: 26 282 33 02; 96 618 68 71; e-mail: geral@teatro-da-rainha.com; URL: http://www.teatro-da-rainha.com/	50%
Fundação INATEL			10% nas unidades hoteleiras, parques de campismo e outras unidades de turismo da Fundação, nas épocas média e baixa; 10% na participação em actividades desportivas; 10% no acesso à frequência dos cursos de formação e/ou outras acções no âmbito da cultura; preço de beneficiário na aquisição dos bilhetes para espectáculos de música, dança, teatro e ópera, no Teatro da Trindade, em Lisboa, ou em outros locais onde se realizem; participação nas excursões e viagens programadas pela Fundação, desde que haja disponibilidade de lugares, nas mesmas condições dos beneficiários associados.



ICA-AtoM (International Council on Archives — Access to Memory) é uma aplicação informática de código-fonte aberto para a descrição de documentos de arquivo, desenvolvida no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos [...]

## Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN participou num encontro de formação em ICA-AtoM

Decorreu, no dia 22 de Junho, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, uma das instituições organizadoras, o *Encontro de Formação em ICA-AtoM*, para o qual a CGTP-IN, através do Centro de Arquivo e Documentação (CAD), foi convidada a colaborar e intervir. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o Instituto de Ciências Sociais (ICS), o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) foram as outras instituições responsáveis pela organização da iniciativa. ICA-AtoM (International Council on Archives — Access to Memory) é uma aplicação informática de código-fonte aberto para a descrição de documentos de arquivo, desenvolvida no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos, tendo a sua versão inicial sido apresentada no Congresso desta organização, em 2008. O CAD, que implementou esta ferramenta no âmbito do Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN (2009-2011), utiliza-a desde 2011 para descrever a documentação de arquivo custodiada

### ENCONTRO DE FORMAÇÃO EM



pela Intersindical, encontrando-se uma parte dela disponível para pesquisa online (<http://cad.cgtp.pt/pt>). Foi, portanto, nesta qualidade que a CGTP-IN foi convidada a colaborar e intervir nesta sessão de formação, partilhando a sua experiência de utilização do ICA-AtoM, com a comunicação intitulada *A implementação e utilização do ICA-AtoM no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN*. Relembramos que se encontram disponíveis para pesquisa, no sítio Web do CAD, as descrições de parte do Arquivo Fotográfico (1200 fotos), do Arquivo de História Oral (28 vídeos) e das actas do Conselho Nacional (1986-2001).

Nesta sessão foi ainda possível conhecer as experiências de implementação e utilização do ICA-AtoM por parte do Arquivo de História Social do ICS<sup>1</sup> e na descrição do Arquivo de Paço de Calheiros<sup>2</sup>. Principais vantagens e funcionalidade da aplicação, dificuldades de implementação, sugestões de aperfeiçoamento, entre outros, foram os aspectos mais abordados, numa oportunidade que acabou por servir, também, para a divulgação do trabalho que a CGTP-IN tem vindo a desenvolver no que respeita ao tratamento do seu acervo documental e de que vos temos vindo a dar nota nos últimos números deste boletim.

<sup>1</sup> Cfr. <http://www.ics.ul.pt/ahsocial/>

<sup>2</sup> Cfr. <http://isabelventura.pt/Arquivo/index.php/>

### Actividades MSU

Torneio de futsal | Setembro 2013;

Encontro de cicloturismo | 5 de Outubro de 2013.

Tlf: 21 347 49 64 | email: [usl@uniaolisboa-cgtp.pt](mailto:usl@uniaolisboa-cgtp.pt)

